

SEXUALIDADE, GÊNERO E TEORIA QUEER

Hugues Costa de França Ribeiro¹

SEXUALITY, GENDER AND QUEER THEORY

Resumo: O presente estudo teve como objetivo traçar um panorama sobre a questão da sexualidade e gênero na teoria queer, por meio da descrição e análise dos principais autores e suas contribuições. Com esse propósito foram descritos os pressupostos teóricos fundamentais que defendem a teoria queer como um novo enfoque epistemológico para desvelar como na sociedade ocidental moderna articularam-se discursos para a imposição da heterossexualidade compulsória e do binarismo que produzem categorias de pessoas estigmatizadas, discriminadas e sem acesso aos direitos de cidadania.

Palavras-chave: Teoria Queer. Homossexualidade. Heterossexualidade compulsória. Binarismo. Diversidade Sexual

Abstract: This study aimed to draw a picture on the issue of sexuality and gender in queer theory, through description and analysis of the main authors and their contributions. For this purpose have been described the fundamental theoretical assumptions that defend queer theory as a new epistemological approach to unveil as in modern Western society is articulated speeches to the imposition of compulsory heterosexuality and binary categories of persons who produce stigmatized, discriminated against and without access rights of citizenship.

Keywords: Queer Theory. Homosexuality. Compulsory heterosexuality. Binarism. Sexual diversity.

Contexto histórico da emergência dos Estudos Querer (Teoria Queer)

Nos anos 60 verificamos no mundo ocidental uma intensificação dos movimentos sociais que lutavam contra as condições adversas de certos grupos na sociedade. Como prolongamento desses movimentos sociais emerge o movimento negro, o movimento feminista, o movimento de libertação de gays e lésbicas. Esses movimentos organizarem sua plataforma política tendo como base as “políticas de identidades”.

Antes que se possa historicizar a plataforma política em torno das identidades, cabe acrescentar tendo, como foco a diversidade sexual (termo mais recente para se referir aos LGBT e outras possibilidades), que a homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do

¹ Professor Assit. Dr. da Faculdade Filosofia e Ciências, UNESP de Marília –SP (aposentado); Diretor Científico do Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade, CEPCoS – SP; Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Sobre as Sexualidades – GPESS- UNESP de Marília – SP. E-mail: hugues@uol.com.br.

século XIX (FOUCAULT, 1988). Antes existia a “sodomia” que era vista como comportamento indesejável e pecaminoso, mas possível de ser praticado por qualquer pessoa.

O autor da sodomia não passava de uma figura jurídica; já a criação de uma identidade homossexual, fazia da pessoa uma espécie, um tipo especial de sujeito.

[...] agora surge no século XIX à figura do homossexual, como personagem: com uma história, um passado, uma forma de vida. Nada daquilo escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas” (ibid, p.43).

A criação da identidade homossexual vai inseri-la como um desvio da norma. A Ciência, a Justiça a Igreja vão atribuir a esses sujeitos diferentes sentidos, seu caráter desviante, a anormalidade ou inferioridade (LOURO, 2004).

Até o início dos anos 70 ainda não havia grande visibilidade para a homossexualidade em nosso país, já que no Brasil o movimento homossexual ainda se organizava de forma tímida, porém a homossexualidade começa a se apresentar nas manifestações artísticas, na publicidade etc. Em outros países como nos EUA e na Europa Ocidental, dos anos 30 aos 50 gays e lésbicas eram obrigados a viver sua sexualidade de forma clandestina e repleta de sentimento de culpa, quase sempre obrigados, em diferentes contextos, a desenvolverem duplas biografias (ERIBON, 2008; CHAUNCEY, 1994; HALPERIN, 1990).

No início dos anos 70, nos EUA e Europa Ocidental, como também no Brasil, a fala homossexual silenciada irrompe na cena pública, sob a influência do movimento de 1968, e no rastro da contestação feminista, surge a “Gay Liberation” nos EUA (que no Brasil recebeu a denominação de Movimento de Libertação Homossexual), após a revolta do Bar Stonewall In, em Nova York (D’EMÍLIO, 1983). A partir daí inúmeras associações e grupos de militância homossexual são criados, na tentativa de polemizar e debater a herança nefasta da classificação dos homossexuais com base nas categorias criadas pela medicina dos anos 30 e 40, dando prosseguimento ao processo que se iniciará no século XIX.

Esses grupos e associações no Brasil, a princípio, tiveram dificuldades de se formarem, como relata Green (2000) sobre a criação do GRUPO SOMOS, pioneiro na organização do movimento de libertação homossexual duradouro e bem sucedido. Porém, apesar do crescimento lento, os militantes conseguiram arregimentar para sua causa intelectuais espalhados por alguns setores importantes da sociedade (TREVISAN, 2000; LOURO, 2004). Essa afinidade de alguns

intelectuais com as bandeiras do movimento propiciou, principalmente, através da publicação de artigos em jornais e revistas, um destaque para a sua visibilidade.

Com a divulgação de questões relativas à homossexualidade, principalmente na defesa do combate ao preconceito, à discriminação e o cerceamento aos direitos de cidadania, a ação dos grupos de militância, pouco a pouco vai levar a construção da ideia de uma comunidade homossexual.

Houve no Brasil uma tentativa de homossexuais optarem pela via de participação política como forma de transformação do sistema, com vistas ao combate ao preconceito e a discriminação que os atingiam. Homossexuais aderiram à militância à esquerda, que lutava contra a ditadura militar instalada no Brasil nos anos 60. Como aponta Trevisan (2000) os homossexuais que aderiram à luta da esquerda, com o passar do tempo perceberam que foram usados como massa de manobra. O pacto da esquerda de que caso subisse ao poder encamparia a causa da libertação homossexual, logo foi contestada pela argumentação de que o combate a temas específicos como sexismo, racismo e homofobia, iria dividir o movimento contra o regime militar (GREEN, 2000).

Como destaca Spargo (2006) no final dos anos 70, em todo o mundo ocidental, o desencanto da militância homossexual de que a libertação poderia ser alcançada por meio da transformação do sistema, desencadeou a busca de um novo modelo reivindicativo semelhante ao “étnico”.

Foi com base nesse modelo que se inicia uma campanha pela afirmação da “identidade homossexual”, bem como uma disputa quanto às formas de como representá-la. A agenda do movimento dividia-se entre: de um lado alguns defendiam a integração social, de outro as feministas lésbicas defendiam o caminho da separação, pela criação de uma comunidade com cultura própria (LOURO, 2004).

Em meados dos anos 70, nos grandes centros urbanos, em alguns setores e nos debates nos grupos de militância começa a surgir algumas indagações sobre a tendência à representação da homossexualidade de uma maneira extremamente uniforme. Essa representação não parecia levar em conta que a homossexualidade, da maneira como estava sendo representada, não incorporava a percepção que em sua construção era atravessada pela interferência de classe, raça, etnicidade, nacionalidade etc.

Como a proposta da integração social era um dos pontos principais da agenda de afirmação da identidade homossexual, defendia-se a “saída do armário” como estratégia. Para favorecer a integração social reforça-se a representação da homossexualidade, principalmente a masculina, de modo a que se combatam as imagens estereotipadas veiculadas no imaginário popular e na mídia (ERIBON, 2008).

Para favorecer a integração social de lésbicas e gays, a política de identidade dos anos 70 acabou por sugerir um modelo de identidade unificado e assimilacionista. Esse modelo em meados dos anos 70 e início dos 80 começa a ser questionado, principalmente, com a intensificação na organização de grupos de militância com o surgimento da AIDS. Esses questionamentos surgiram tanto em grupos de militância como por parte de acadêmicos e estudiosos (as) que já haviam se interessado pelo tema, muito deles mobilizados pelo fato de também serem homossexuais (LOURO, 2004).

Os primeiros questionamentos remetiam a notória contaminação nas campanhas, tanto visando à integração social quanto para o combate a contaminação pelo HIV, da hegemonia de valores da raça branca e da classe média, e também apontavam à exclusão de determinadas identidades sexuais e de gênero: transexuais, travestis, bissexuais e SM. As lésbicas e alguns setores do movimento feminista ainda questionavam a supremacia de valores de homens gays, colocando a necessidade das mulheres lésbicas como secundárias (Ibid. p.34).

Toda essa discussão fora mobilizada pelo crescimento das reivindicações a partir dos anos 80 no mundo ocidental e também no Brasil, pela legitimação e luta pela igualdade de direitos das diferentes identidades sexuais e de gênero, que irá se intensificar nos anos 90 (FACCHINI, 2005). Contribuindo também para a maior visibilidade que o tema adquiriu com sua divulgação na grande mídia (jornais, revistas, televisão, no mundo do cinema e no teatro [TREVISAN, 2000]).

Como apontam Epstein e Johnson (1998) no final dos anos 80 e início dos 90 assistimos no cenário internacional uma guinada na agenda teórica da discussão sobre as desigualdades e das relações de poder entre categorias sociais relativamente dadas como fixas (homens, mulheres, gays, lésbicas, heterossexuais etc.). A discussão desloca-se, pelo menos entre alguns grupos de acadêmicos e da militância, para um questionamento da rigidez das categorias, suas separações e a especificação da demarcação de limites. A crítica se organiza de um modo geral, tendo como ponto central a naturalização das políticas de identidade.

Como destaca Preciado (2007)

Bem, no final dos anos 80 como uma reação às políticas de identidade gay e lésbica norte-americanas, um conjunto de micro-grupos, irá reapropriar-se dessa injúria (ao referir-se ao “queer”) para opor-se precisamente às políticas de integração e de assimilação do movimento gay. Os movimentos queer representam um transbordamento da própria identidade homossexual para suas margens: bichas, sapatões, transgêneros, putas, gays e lésbicas, deficientes, lésbicas negras e chicanas (americanas de origem mexicana) e um interminável de etc. Aparecem assim grupos como o Queer Nation, Radical Furries, Lesbian Avengers, que vão fazer a utilização maximalista da posição das minorias sexuais como “sujeitos maus” ou como “sujeitos perversos”. Nesse sentido os movimentos queer denunciam as exclusões, as falhas nas representações e os efeitos da naturalização de toda a política de identidade (p.2).

Nesse cenário onde se verifica uma crise na identidade política homossexual, vão aparecer gradativamente novas formulações teóricas pós-identitárias. E é justamente nesse contexto que se afirma uma política e uma teoria queer (LOURO, 2004).

O que a teoria queer?

Começemos pelo significado da palavra e o porquê de sua escolha. “Queer” era um xingamento que significava estranheza, anormalidade, desvio, perversão. Também era utilizada pela comunidade gay, entre alguns grupos que consideravam o termo “gay” como uma referência a uma proposta normalizadora de enquadramento em padrões que operam a partir de representações sociais vigentes na tentativa da demanda das pessoas pelo reconhecimento (MISKOLCI, 2009).

Segundo Butler (2000) a palavra adquiriu sua interpretação como xingamento (já que seu significado original é estranho, extraordinário, raro, excêntrico), pelo fato de grupos homofóbicos a utilizarem, repetidamente, ao longo do tempo como insulto; em função disso adquiriu força para conferir um “lugar de sujeito” abjeto àqueles (as) aos quais é dirigida.

Alguns grupos de militância homossexual escolheram a palavra “queer” como uma espécie de deboche, uma forma de contestação, onde “queer” carrega a conotação de colocar-se contra a normalização (LOURO, 2004). Esses grupos assumiram a ênfase na diferença que não quer ser assimilada, tolerada. Não desejam que a aceitação de seus modos de existir tenham que se enquadrar nas formas normalizadoras, tendo como exemplos o “gay macho” ou a “lesbian chic” ou outras categorias.

Não se identificam com termo gay, porque além de simbolizar a normalização, acreditam ser uma ficção criada para enquadrar os homossexuais no consumo exagerado proposto pela sociedade capitalista, que visa transformar por meio de diferentes estratégias, um grupo de pessoas em consumidores potenciais de bens e serviços, já que as pesquisas apontam que certos segmentos dessa população apresentam disponibilidade para gastos com viagens, moda, entretenimento etc.

Essa corrente teórica enquanto proposta política engloba a produção de um grupo de intelectuais, ao redor dos anos 90 de diferentes áreas: Filosofia, Estudos Culturais, Literatura, Sociologia, Educação e Artes. Embora possamos nos defrontar com diferenças significativas nas leituras dos que se identificam como compondo o grupo do que chamamos de teóricos queer, um dos objetivos consensuais é uma oposição a heteronormatividade compulsória da sociedade ocidental na modernidade.

A heteronormatividade é um termo para descrever inúmeras situações nas quais se marginaliza, discrimina-se e se persegue, com práticas sociais, crenças ou políticas, das mais explícitas as camufladas, as variações da orientação heterossexual, bem como as diferentes identidades sexuais e de gênero não heterossexuais. O termo foi criado por Michael Warner, um dos destacados teóricos queer, na publicação “Introduction: fear of a Queer Planet”, em 1991, na Revista Social Text; artigo que se transformou em livro intitulado Fear of a Queer Planet: queer politics and social theory, de 1993.

O conceito em sua elaboração também foi influenciado por Gayle Rubin (1975, 1984) e sua crítica ao sistema sexo/gênero e em Adrienne Rich (1983) que elaborou a ideia da imposição na modernidade da heterossexualidade compulsória.

Teresa de Lauretis (1991, apud BOURCIER; PRECIADO, 2001), uma importante teórica queer, chama a atenção para o fato de como as habituais políticas de representação da diversidade são excludentes. Longe de propor a exclusão das identidades, elabora uma crítica à legitimação apenas das identidades hegemônicas, monolíticas, essencialistas ou naturalizantes. A teoria queer defende que se abra espaço para as especificidades identitárias silenciadas (gays e lésbicas), especialmente as lésbicas e gays não brancos, mais adiante para os transgêneros.

Uma boa síntese do que seria a teoria queer é descrita por Spargo (2006):

O termo descreve um leque diverso de práticas e prioridades críticas: leituras de representação do desejo pelo mesmo sexo em textos literários, filmes, músicas e imagens; análise das relações de poder sociais e políticas da sexualidade; críticas do sistema sexo-gênero, estudos de identificação transexual e transgênero, de sadomasoquismo e de desejos transgressivos (p.8).

Cabe acrescentar que a teoria queer apoia-se nas premissas que sustentam os insights do construcionismo social em oposição ao modelo essencialista, e acrescenta uma crítica pós-estruturalista na defesa da concepção da existência de um “eu autônomo”, unificado. Há dificuldades, cada vez mais evidentes, em reconhecer a pessoa lésbica ou gay. Spargo (2006) citando Foucault, em sua publicação *História da Sexualidade*, remonta ao fato de o filósofo enfatizar que a escolha do objeto amoroso nem sempre é um fator crucial que constitui a base para a construção da identidade (no caso dos homossexuais acredita-se ser essa a especificidade que os define). Como exemplo cita os grupos SM, que definem sua sexualidade por meio de atividades e prazeres muito mais do que pelas escolhas das preferências de gênero.

Ao concluir essa parte do texto revisitamos Seidman (1995, p.125) que propõe que apesar de encontrarmos divergências entre os que se definem como adotando uma abordagem queer, podemos verificar alguns pontos de convergência: há uma menção ao apoio à teoria pós-estruturalista (Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Jean François Lyotard e Michel Foucault); apoiam as teses de uma estratégia desconstrutiva ou descentradora de Derrida, que escapa as posições sociais e políticas programáticas positivas; imaginam que o social deve ser visto como um texto a ser interpretado e criticado com a finalidade de contestar os conhecimentos e as hierarquias sociais vigentes.

Nessa linha de raciocínio podemos comparar os estudos queer com outras evoluções intelectuais recentes que se utilizam da abordagem desconstrutiva, que descarta a afirmação de que o “eu” poder ser definido por sua essência (determinada biologicamente), em relação a gênero, raça, classe social e desejo. Construcionistas Sociais da linha radical acreditam que até a orientação do desejo afetivo-sexual é uma construção sociocultural (VANCE, 1995).

Gamson (2006) apresenta outra argumentação sobre a tendência à desnaturalização dos fenômenos da sexualidade como realidades estáveis.

Atrelado a uma revolta contra a pesquisa social positiva, o livre campo dos estudos sobre a sexualidade começou a firmar-se a partir da década de 70, em uma engrenagem “desnaturalizante”: a sexualidade não era um fenômeno estável da natureza a ser estudado, assim como as plantas ou as células, mas um conjunto de significados atribuídos a corpos e desejos por indivíduos, grupos e sociedades (Gagnon e Simon, 1983). “Contra as concepções naturalizadas da sexualidade como uma certeza biológica, contra os modelos freudianos do impulso sexual e contra a obsessão kinseyana pela tabulação dos comportamentos”, como resume Steven Epstein (1996), “sociólogos declararam que os significados, as identidades sexuais e as categorias sexuais eram produtos históricos e sociais intersubjetivamente negociados – que a sexualidade era, em uma única palavra, construída” (p.145). Os historiadores e os antropólogos documentaram a variabilidade dos sistemas históricos e culturais do significado sexual (Greenberg, 1988; Ortner e Whitehead, 1981). [p.351].

Passemos agora a descrever as contribuições de alguns teóricos que fundaram as bases da teoria queer.

Agenda teórica: principais autores e pressupostos da teoria queer

A teoria queer pode ser vinculada a algumas vertentes do pensamento ocidental contemporâneo, que ao longo do século XX questionaram as noções clássicas de sujeito, identidade, de agência e de identificação (LOURO, 2004).

Michel Foucault

Pode-se afirmar que Foucault é um dos autores fundamentais afirmando em sua obra *História da Sexualidade*, a defesa do modelo do Construcionismo Social, em oposição à Teoria Essencialista para a compreensão da sexualidade. Sua contribuição é um dos eixos centrais no qual se baseia a teoria queer. Em *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (1988) afirma que a sexualidade é uma categoria construída como fruto da experiência humana. Sua origem não pode ser considerada biológica e sim histórica, social e cultural.

Nessa obra desenvolve a descrença na “hipótese repressiva”, que foi aceita como a que vigorava até a segunda metade do século XX, pela influência de destacados estudiosos da época. Reich nos anos 30 e 40 e alguns outros autores influentes, como Marcuse, com a obra *Eros e Civilização* (1999 [1955]) até os anos 60, postulavam que a sobrevivência e evolução da sociedade capitalista dependeram da repressão à sexualidade. Argumentavam que a sexualidade funcionaria como uma forma de resistência ao poder (REICH, 1979 [1936], 1975 [1925]).

Foucault vai então com base em suas pesquisas, questionar se a característica observada no mundo ocidental nos últimos duzentos anos seria, de fato, a repressão sexual. Seus estudos o convenceram a caminhar na direção contrária, constatando que ao invés da repressão aconteceu uma incitação para que dela se falasse, por meio da colocação da sexualidade em discurso e pela proliferação desses em diferentes áreas.

Foucault é categórico ao destacar que a interpretação da sexualidade como natural é uma crença. No entanto, não descarta toda a dimensão biológica, mas prioriza o papel crucial das instituições e seus discursos na construção da sexualidade (apud. SPARGO, 2006).

Em relação à atemporalidade da categoria homossexual, concluiu que a identidade homossexual foi uma criação da medicina do século XIX. A produção discursiva das perversões teve seu auge no século XIX e começo do XX: “Aconteceu nesse período uma dispersão das sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltiplas das perversões. Essa época foi a iniciadora das heterogeneidades sexuais” (FOUCAULT, 1988, p.38).

O filósofo prossegue em suas descobertas, ao sublinhar que é nessa época que se dá o surgimento da dimensão específica do “contra a natureza” no campo da sexualidade. Todos os que violam as normas são julgados tanto pelo aspecto legal, quanto moral. Os que contrariam as normas apresentam uma espécie de defeito, que é interpretado como gerado por uma causa biológica ou nas experiências insatisfatória da pessoa.

O que se deduz das colocações de Foucault em diversas passagens de sua obra *A História da Sexualidade I*; a vontade de saber, é que os que advogam a defesa do modelo essencialista para as investigações na área da sexualidade (na busca de verdades absolutas, do que é eterno, do invariável) são herdeiros da tradição do pensamento social predominante no século XVIII. Tradição epistemológica que não resiste a uma análise histórica dos significados atribuídos à sexualidade no mundo ocidental em diferentes épocas (FRANÇA RIBEIRO, 2010).

Califia (1983, apud. Gagnon, 2006) reitera essa constatação de Foucault ao afirmar:

(...) a sexualidade é socialmente construída... (...) se modifica com o tempo, com a cultura circundante. Um século atrás não havia nada que se assemelhasse a um clone do Castro, uma feminista lésbica ou um Kinsey 6 e daqui a cem anos esses tipos estarão extintos quanto os uranistas (p.178).

Foucault (1988, 2006) desvela em suas pesquisas como os discursos, sobretudo a da medicina, produziram a multiplicação de classificações, criando tipos de sexualidades antes inexistentes com as características a eles associadas, tudo acompanhado de mecanismos para suas regulações, com um aparato de vigilância incansável.

Como destaca Spargo (2006, sem página) o discurso como o concebe Foucault, mas do que simplesmente uma “fala”, é uma prática historicamente situada, que produz relações de poder. A existência desses discursos pode ser verificada nas instituições e grupos sociais, capazes de apoiá-las(os) e se mostram ligados a saberes específicos.

Foucault chama a atenção para um aspecto crucial, incorporado pelos teóricos queer, ao defender que a construção de nossa sexualidade inicia-se com a atuação sobre nossos corpos, mergulhados no campo político, por intermédio de discursos de poder-saber. Nossos corpos ao se construírem são imediatamente significados por relações de poder.

Evidencia ainda como se instalaram no decorrer da história ocidental na modernidade um conjunto de intervenções sobre os corpos (que são a matriz da sexualidade) por meio de um leque de procedimentos de saber e técnicas, tanto sobre a vida dos corpos (individualmente) como sobre a vida das populações (no âmbito coletivo). Nesse sentido vai nomear de “biopolítica” a entrada da medicina, aliada a política dos Estados Nações, na era da medicina social no século XVII, quando a transferência, em grande escala, da população rural para os centros urbanos determinava a necessidade de controle da vida individual e coletiva (demografia das populações) [FOUCAULT, 2008].

Concebe a sexualidade então, como uma dimensão ligada ao “controle sobre a vida” que foi incorporada como do interesse econômico do Estado, e este convoca a medicina para aliar-se a ele, com o intuito de favorecer a implementação de suas políticas na área da saúde, com a entrada em cena da medicina higienista (MARTINS, 2006).

Para finalizar é importante frisar que uns dos legados mais importantes da contribuição teórica de Foucault que serve como um dos alicerces da teoria queer, é a afirmação da “construção discursiva da sexualidade”. Logo a homossexualidade, como outros grupos que fazem parte da diversidade sexual, embora Foucault só se refira à homossexualidade, são

categorias modernas que devem ser consideradas como “categorias de saber construídas”. Diante dessa proposta de estudo e pesquisa o que se descortina é o surgimento de um novo enfoque epistemológico incorporado pelos teóricos queer, que seria investigar como determinadas categorias foram não legitimadas no exercício de suas sexualidades, enquanto outras o foram e ainda outras estão conquistando a possibilidade da legitimação.

Jacques Derrida

Outro filósofo que fornece pressupostos para a proposta epistemológica e política defendida pela teoria queer é Derrida. Seu legado principal é propor nos estudos e pesquisas na área da sexualidade, que se coloque em prática o que chamou de “Análise Desconstrutiva” (DERRIDA, 1973; WOLFREYS, 2009). A escola do adjetivo “desconstrução” se faz apenas como metáfora, pois não alude a destruição (por abaixo), mas a proposta de uma nova forma de conhecimento, em oposição à lógica ocidental que opera segundo o “binarismo” (DERRIDA, 1973).

Sua crítica aponta para a imposição no ocidente de uma lógica binária para a compreensão dos mecanismos de construção das sexualidades. Chama a atenção que o ocidente legitimou conceber homossexualidade e heterossexualidade como polos opostos, além de impor a pessoa heterossexual como figura central. A heterossexualidade estabelece uma posição que passa a determinar o lugar do outro, em oposição, como subordinado e inferior. Todos(as) que não ocupam essa posição são inferiorizados; reconhece-se a superioridade da heterossexualidade.

Esse tipo de enquadramento vai produzir uma hierarquização onde os não heterossexuais são interpretados com pessoas de segunda categoria. Como forma de desconstruir essa hierarquização Derrida lança mão do que denominou a “noção de suplemento”, advertindo que hetero e homossexualidade não devem ser interpretadas com dois polos em oposição. Entre eles o que existe é uma dependência, pois ambos os polos necessitam um do outro para existir. Dito de outra forma, a homossexualidade funciona como um suplemento para que a heterossexualidade possa se configurar e existir. Nesse sentido é interessante observar que a tentativa de conceituação de heterossexualidade só se torna uma necessidade da ciência médica quando se define e se caracteriza a homossexualidade.

Como destaca Louro (2004), é por meio da desconstrução das oposições binárias, que ficaria notória a fragmentação de cada um dos polos. Ao constatarmos que cada polo não existe em separado, isolado do outro, mas carrega sempre vestígios do outro.

Derrida estende sua proposta de combate ao “binarismo” não apenas a oposição hetero e homossexual, mas a outras formas de oposições naturalizadas: masculino e feminino; mulher e homem; privado e público etc.

Judith Butler

É considerada uma das referências teóricas mais importantes da Teoria Queer. É professora e pesquisadora do Departamento de Retórica e Literatura Comparada da Universidade da Califórnia, em Berkeley, nos EUA. Butler vai ser muito influenciada pelos insights foucaultianos e como esse autor vai reafirmar o caráter discursivo da sexualidade, porém vai além ao ampliar o poder discursivo na produção dos gêneros, enfatizando que eles constroem a significação dos corpos. Propõe que a realidade material dos corpos em nada contribui para determinação de como os gêneros passam a ser representados em relação à sexualidade.

Sua argumentação teórica propõe uma crítica ao questionar a imposição como natural da sequência sexo-gênero-sexualidade. Coloca o determinismo biológico em xeque, refutando a visão essencialista dominante de que um determinado sexo (corpo biológico – de macho ou fêmea, existência de pênis ou vulva) vai determinar um gênero masculino ou feminino, e adiante um desejo afetivo-sexual, dirigido ao sexo oposto.

Não há nada que possa ser tido como natural na afirmação da sequência, pois destaca o papel da linguagem como responsável em veicular significações para os corpos, que incorporam suas representações, sempre baseadas em normas. Nesse processo de construção vai apropriar-se da linguística do conceito de “performatividade”, ao reafirmar que o papel da linguagem não é realizar apenas uma descrição ou simples constatação dos corpos ou do sexo, já que no momento da nomeação os constrói (BUTLER apud. LOURO, 2004).

A imposição da naturalização da sequência é uma forma opressora de normatizar a vidas das pessoas, estabelecendo como viver os gêneros, qual o tipo normal de família. Qualquer

pessoa que ouse não seguir a sequência tem grandes possibilidades de ser estigmatizada, podendo ser-lhe negados direitos fundamentais como cidadãos.

Butler (2003) enfatiza que quando observamos as definições de gênero, de sexo, de mulher e de homem, constatamos que elas estão sempre circunscritas a um determinado contexto cultural que vai ditar as normas, sempre propensas a serem modificadas, reconstruídas, a novas criações. Cada um de nós carrega nesse processo de construção de nossa sexualidade, as marcas de uma cultura, de uma época, valores, além da influencia mais destacada de uma área do conhecimento, já que existe uma disputa pelo poder para ditar como devemos ou não nos comportar na área da sexualidade.

Na cultura ocidental da modernidade as normas de gênero impostas estão prescritas sob a ótica heterossexual. Há uma compulsão para a imposição da heterossexualidade, estabelecendo-se uma “posição de sujeito” valorizada, prestigiada, natural, digna de usufruir de direitos. Aos dissidentes resta a posição desvalorizada, tendendo a serem vistos como antinaturais, e até como patológicos e quase sempre tratados com inferiores.

A pressão para a heterossexualidade compulsória não é passivamente aceita por todos. Há corpos que se rebelam adotando outras identidades de gênero e sexuais. Criam novas possibilidades para o direito de existir, mas travam uma luta onde estão quase sempre em confronto contra a opressão, e, não poucas vezes, são marginalizadas, vítimas de violência psicológica e até física.

Essas pessoas que afrontam as normas desempenham um papel fundamental, pois são elas que se sinalizam os limites, as fronteiras. Sinalizam a possibilidades de construção de outras identidades sexuais, de gênero, outras possibilidades para os desejos. (BUTLER, 2000, 2004). O custo a pagar pela afronta, quase sempre é alto, mas podem encontrar o apoio em alguns discursos que são veiculados nas redes de poder.

Butler chama a atenção para a ocorrência do que identifica como o “caráter performativo”, que implica na repetição de forma exaustiva dessas normas na ótica heterossexual, presentes nas instituições, no contexto familiar, escolar, cultural, veiculadas por diferentes atores sociais que ocupam posições de destaque na correlação de forças entre os saberes.

A influência da contribuição de Butler para a teoria queer pode ser atestada por um trecho do artigo “Le Queer Savoir” da autoria de Marie-Hélène Bourcier e Beatriz Preciado (2001), onde esboçam uma síntese do que seria a teoria queer:

É no princípio dos 90 que surge a teoria queer propondo uma nova leitura das diferenças nas identidades sexuais: estas seriam os efeitos da performance de gênero e de suas aparências. Tratou-se de substituir a questão da identidade pela questão da significação e da resignificação, através das operações performativas. Esta conclusão foi possível com a leitura que Butler fez de Foucault e Derrida. (...) Tomando o exemplo da drag Queen e usando o conceito antropológico de Esther Newton de “female impersonator”, Butler afirma que imitar um gênero é revelar a estrutura imitativa de gênero em geral (o gênero é uma imitação sem origem), assim como a sua contingência. Não há identidade de gênero por detrás das expressões, construções, performances de gênero (não há ontologia por detrás). A heterossexualidade é apenas uma das paródias do gênero, com as suas posições compulsivas e repetidas de masculinidades e feminilidades dominantes (p.1 e 3).

Eve Kosofsky Sedgwick

É considerada uma das importantes intelectuais que contribuiu com suas publicações para fundamentar os pressupostos da teoria queer. Sedgwick é proveniente da área dos estudos literários, destacando-se nos estudos de gênero, estudos queer e teoria crítica.

Sedgwick era norte-americana e construiu sólida carreira acadêmica lecionando nas Universidades de Boston, Duke e New York. Infelizmente veio a falecer aos 58 anos após a luta contra um câncer de mama.

Sedgwick foi influenciada em suas pesquisas pelos estudos feministas e pela obra de Michel Foucault. Iniciou sua carreira ao analisar questões sócio-sexuais nos escritos de Charles Dickens e Henry James. Incorporou também em suas pesquisas a proposta “desconstrutiva” de Derrida, através dos trabalhos publicados em 1985 e 1990 veio a tonar-se uma referência para a teoria queer.

Nas obras “Entre homens: literatura inglesa e desejo homossocial masculino” (1985) e “Epistemologia do armário” (1990) destacou-se, apesar de não apontar uma saída para a oposição binária, por sugerir novas análises (incorporando a estratégia desconstrutiva de Derrida) das maneiras pelas quais foram instituídos os enormes privilégios nos discursos para a heterossexualidade, tendo como foco dos estudos, a compreensão dos diferentes tipos de desejos sexuais e suas definições por parte da cultura ocidental moderna. Esses privilégios foram e são

garantidos pela imposição da heterossexualidade compulsória, acompanhada da estigmatização e inferiorização da homossexualidade.

Sedgwick vai destacar em sua publicação de 1985, como na educação dos homens, desde muito cedo, são reforçadas e estimuladas à aversão e a hostilidade contra os homossexuais. Desde crianças meninos ouvem comentários depreciativos, ouvem piadas que colocam a homossexualidade como uma ameaça constante contra a construção da masculinidade.

Pode-se observar em Sedgwick (1985) a continuidade à tradição foucaultiana ao concordar que a sexualidade não apresenta uma estrutura imutável, estando sempre atrelada a mudanças histórica e a determinados tipos de sociedade. Ao seguir essa tradição acrescenta como elementos que interfiram nessas variações o gênero e a raça.

Crítica a tradição teórica estruturalista, que acredita na existência de um significado universal atribuído a sexualização das relações sociais; advertindo que esse tipo de postura epistemológica despreza o fato que o processo de construção da sexualidade está na dependência dos significados históricos que lhe são atribuídos.

Uma de suas publicações mais influentes para os estudos queer é o livro “Epistemologia do Armário”, que ganhou uma versão resumida publicada nos Cadernos Pagu, da UNICAMP, no ano de 2007. O foco central dessa obra é argumentar que para que possamos compreender a cultura ocidental acerca da sexualidade na modernidade, é preciso analisar em profundidade a construção dos conceitos de homossexualidade e heterossexualidade.

Gansom (2006) destacou a importância que deve ser dada a obra de Sedgwick, pois ao estudar a construção dos discursos sexuais acompanhados do processo de normalização, erigiu as bases para demonstrar como a distinção da homo/heterossexualidade serviu de foco central para todos os aspectos da vida contemporânea.

Em a Epistemologia do Armário, defende a hipótese que para a compreensão de qualquer aspecto da cultura sexual do ocidente na modernidade, haverá prejuízos se não houver a incorporação de uma análise crítica da definição de homo/heterossexualidade. Prossegue ao reconhecer que em sociedades onde vigoram os “dispositivos da sexualidade” (expressão cunhada por Foucault), há uma “recusa cognitiva”, de se comentar sobre a homossexualidade,

tanto no discurso do senso comum, quanto no institucional. A consequência dessa rejeição é que se opera uma forma particular de sexualidade que será tratada como segredo.

Pela influência da proposta “desconstrutiva” de Derrida, aponta nesse contexto a contradição, pois a criação de uma identidade social (homossexual) que é proibida é ao mesmo tempo necessária para a afirmação da identidade hegemônica (LARA, 2002).

Sedgwick (1990) afirma que apesar da sensação de empoderamento de gays e lésbicas no pós Stonewall de que poderiam realizar a “saída do armário”, revelar sua condição de gay ou lésbica em diferentes situações e locais, na prática o “segredo” não pode ser revelado sem que isso possa gerar graves prejuízos em certas áreas de suas vidas. Gays e lésbicas ainda necessitam medir as consequências da revelação, até mesmo os mais assumidos. Acredita que muitos gays ainda mantêm segredo sobre sua homossexualidade em certos contextos de suas vidas. Logo a “saída plena” do armário ainda é uma miragem, numa sociedade que define e concebe a homossexualidade da maneira que a faz.

Como observa Miller (apud. SEDGWICK, 2007)

(...) o sigilo pode funcionar como a prática subjetiva na qual as oposições privado/público, dentro/fora, sujeito/objeto são estabelecidas, e a santidade do primeiro termo permanece inviolada. E o fenômeno do “segredo aberto” não produz, como se poderia pensar, o colapso desses binarismos e de seus efeitos ideológicos, mas, ao contrário, atesta sua recuperação fantasmática (p.2).

Podes-se destacar que Sedgwick aponta a existência de uma característica fundamental nos estudos queer em comparação com os “estudos gays e lésbicos” ou mais recentemente nos “estudos sobre a diversidade sexual”, considerando mais produtivo analisar as contradições que estão presentes em todos os movimentos sociais importantes que, a partir do final do século XIX, contribuíram para a afirmação binária homo/heterossexual do que uma discussão entre movimentos pró ou anti-homossexual.

Considerações finais

Esse artigo foi uma tentativa de apresentar alguns pressupostos teóricos que embasam a teoria queer, abrindo espaço para a exposição de contribuições de autores que a influenciaram de modo significativo. Entre esses destacamos as contribuições de Michel Foucault, Jaques Derrida,

Judith Butler e Eve Kosofsky Sedgwick. No espaço que dispúnhamos não foi possível abordar todos os que tiveram importância, e deixamos de fora alguns autores(as) de peso, como a contribuição na atualidade de Beatriz Preciado, que é de suma importância e que pretendemos abordar em outras publicações.

No Brasil a teoria queer já fez escola e destacamos entre os pesquisadores que incorporaram o enfoque proposto por ela os nomes de: Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci, Berenice Bento e Larissa Pelúcio entre outros.

Como já enfatizamos no decorrer do artigo, apesar de encontramos pequenas diferenças entre estudiosos e pesquisadores que se identificam como adotando a teoria queer, além dos pontos destacados por Michael Warner já citados, sublinhamos a seguir: apesar de não desaprovarem o que se costuma chamar de “Estudos de gays e lésbicas” consideram que na grande maioria desses estudos, escapa-lhes a percepção que podem cair na armadilha de reforçar o binarismo, ainda que sejam bem intencionados.

Defesa da utilização de uma nova epistemologia para o estudo da diversidade sexual, tentando desvelar como se articulam diferentes discursos de poder-saber, dispersos em vários setores da sociedade que atuam na imposição da heterossexualidade compulsória e da lógica binária. Esse tipo de epistemologia parece ser mais produtivo para denunciar a hierarquização reinante, pela criação de categorias de pessoas que são as legitimadas e que importam, em oposição às tidas como ilegítimas e abjetas, denunciando as artimanhas que propagam as discriminações, a inferioridade e a negação de direitos plenos de cidadania que deveriam ser acessíveis ao todo e qualquer ser humano.

Referências

BOURCIER, M. H.; PRECIADO, B. Le queer savoir. In : BOURCIER, MH. **Queer zones** – politiques des identités sexuelles, des représentations et des savoir. Paris : Balland, 2001. Disponível em: <http://brancolilas.no.sapo.pt/bourcier_preciado.htm>. Acesso em: 24 de março de 2009, as 14.35 h.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L.(org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 151-172.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Undoing Gender.** New York: Routledge, 2004.

CHAUNCEY, G. **Gay New York.** Gender, urban culture and the making of a gay male world, 1890-1940. New York: Basic Books, 1994.

D'EMILIO, J. **Sexual politics, sexual communities.** The making of a sexual minority in the United States, 1940-1970. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

DERRIDA, J. **Gramatologia.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

EPSTEIN, D.; JOHNSON, R. **Schooling sexualities.** Buckingham: Open University Press, 1998.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, M. **Estratégias de poder-saber.** Coleção Ditos & Escritos IV. MOTTA, M. B. (org.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA RIBEIRO, H. C. Diversidade sexual, preconceito e discriminação: novos paradigmas para se pensar sobre a questão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana.** CD-ROM. v.21, n. 2, p. 83-105, 2010.

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo.** Ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GANSOM, J. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. e colabs. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 345- 362.

GREEN, J. N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

HALPERIN, D. **One hundred years of homosexuality and other essays on Greek Love.** New York: Routledge, 1900.

HERBERT, M. **Eros e Civilização** (1955). 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LARA, O. A perspectiva queer aplicada ao contexto brasileiro: apontamentos para uma sociologia histórica. **Plural - USP**. São Paulo. V.5, p.81-98, 2002.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTINS, C. J. A vida dos corpos e das populações como objeto de uma biopolítica na obra de Michel Foucault. In: SCAVONE, L.; ALVAREZ, M. C.; MISKOLCI, R. (orgs.). **O legado de Foucault**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 177-198.

MISKOLCI, R. A teoria queer e a sociologia. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n.21, p.150-182, jan/jun 2009.

PRECIADO, B. Entrevista A Jesús Carrilo. **Cadernos Pagu**, n.28, janeiro/julho de 2007. Campinas – SP. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332007000100016>>. Acesso em: 28 de março de 2006, as 17.30 h.

REICH, W. **A função do orgasmo** (1925). São Paulo. 10ª ed. Brasiliense, 1975.

_____. **A revolução sexual** (1936). 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Experience. In: SNITOW, A.; STANSEL, C.; THOMPSON, S. **Powers of Desire - The Politics of Sexuality**. New York: Monthly Review Press, 1983. p.177-205.

RUBIN, G. The Traffic in Women: Notes on 'The Political Economy' of Sex. In: REITER, Rayna (ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

_____. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In VANCE, C. (ed.). **Pleasure and danger: exploring female sexuality**. Boston: Routledge, 1984, p.267-319.

SEDGWICK, E. K. **A epistemologia do armário**. Dossiê: Sexualidades Disparatadas. Cad. Pagu. Campinas – SP, n.28, p.19-54, jan./ jun.2007.

_____. **Between men**: english literature and male homosocial desire. New York: Columbia University Press, 1985.

_____. **Epistemology of the closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SEIDMAN, S. Deconstructing Queer Theory or the under-theorization of the social and ethical. In: NICHOLSON, L.; SEIDMAN, S. (orgs.). **Social postmodernism**. Beyond identity politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p.116-141.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed UFJF, 2006.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade (1996). 3ª ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Record, 2000.

VANCE, C. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis – Revista de Saúde Coletiva**, v.5, n.1, p. 7-31, 1995.

WARNER, M. (editor). **Fear of a Queer Planet**: queer politics and social theory. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993.

WOLFREYS, J. **Compreender Derrida**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2009.